

No. 40991

**Brazil
and
Mozambique**

Protocol of intent between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Mozambique on technical cooperation in the area of training of prison officers. Brasília, 31 August 2004

Entry into force: *31 August 2004 by signature, in accordance with paragraph 7*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 2 February 2005*

**Brésil
et
Mozambique**

Protocole d'intentions entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Mozambique relatif à la coopération technique en matière de formation des gardiens de prison. Brasília, 31 août 2004

Entrée en vigueur : *31 août 2004 par signature, conformément au paragraphe 7*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 2 février 2005*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DE FORMAÇÃO DE PESSOAL ESPECIALIZADO EM PRISÕES

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República de Moçambique
(doravante denominados “Partes”),

Animados pela vontade de estreitar os laços de amizade e de fraternidade existentes entre os dois países e povos;

Determinados a desenvolver e aprofundar as relações de cooperação;

Confirmando a sua fidelidade aos objetivos e princípios da carta da Organização das Nações Unidas;

Decidem, em uma base de plena independência, respeito pela soberania, não ingerência nos assuntos internos de cada Estado e reciprocidade de interesses, celebrar o presente Protocolo de Intenções:

1. As Partes comprometem-se em regime de reciprocidade, e quando para tanto solicitadas, com a prestação mútua de cooperação técnica no domínio da formação de pessoal especializado em prisões, a desenvolver-se principalmente nas áreas de:

- a) unificação gradual e harmoniosa do Sistema Prisional;
- b) introdução e aplicação dos princípios inerentes ao respeito pela dignidade humana e dos direitos humanos no contexto da consolidação do Estado de Direito;
- c) modernização institucional;
- d) desenvolvimento do intercâmbio entre instituições;

- e) auxílio ao processo de reforma do Sistema Prisional de Moçambique;
- f) troca de experiências no quadro da gestão do processo de reformas dos serviços prisionais de ambos os países;
- g) formação de gestores prisionais;
- h) formação de assistentes sociais para as prisões;
- i) formação de psicólogos especializados;
- j) capacitação de formadores de pessoal de segurança;
- k) formação de pessoal de apoio para atividades de estatística, aprovisionamento e almoxarifado;
- l) outras áreas que as Partes considerem adequadas à realização de seus interesses.

2. A implementação de ações nas áreas previstas no artigo 1º será efetivada por meio de Ajustes Complementares, fundamentados no Acordo Geral entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, firmado em 15 de setembro de 1981.

3. Para a implementação dos projetos de cooperação técnica no domínio da formação de pessoal especializado em prisões, concebidos sob a égide dos futuros ajustes, as Partes poderão estabelecer parcerias com instituições dos setores público e privado, organismos e entidades internacionais, bem como com organizações não governamentais.

4. Os assuntos relativos à cooperação técnica no domínio da formação de pessoal especializado em prisões serão coordenados, do lado brasileiro, pela Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, que designará as instituições competentes que serão responsáveis pela execução.

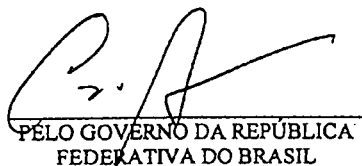
5. Os assuntos relativos à cooperação técnica no domínio da formação de pessoal especializado em prisões serão coordenados e executados, do lado brasileiro, pela Agência Brasileira de Cooperação e pelo Ministério da Justiça e, do lado moçambicano, pelos setores competentes do Ministério da Justiça e do Interior.

6. As Partes deverão realizar reuniões para negociar os termos da cooperação a ser desenvolvida, assim como dos ajustes e projetos.

7. O presente Protocolo de Intenções entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de 2 (dois) anos, sendo automaticamente renovável pelo mesmo período.

8. Qualquer das Partes poderá manifestar sua intenção de denunciar o presente Protocolo de Intenções, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito 6 (seis) meses após o recebimento da notificação, sem o comprometimento das atividades em curso.

Feito em Brasília, aos 31 dias do mês de agosto de 2004, em dois exemplares originais, na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

CELSO AMORIM
Ministro de Estado das
Relações Exteriores



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DE MOÇAMBIQUE

ALMERINDO DA CRUZ MANHENJE
Ministro para Assuntos de
Defesa e Segurança e Minis-
tro do Interior

[TRANSLATION — TRADUCTION]

PROTOCOL OF INTENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF MOZAMBIQUE ON TECHNICAL COOPERATION IN THE AREA OF TRAINING OF PRISON OFFICERS

The Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Republic of Mozambique (hereinafter referred to as the "Parties"),

Motivated by the desire to strengthen the ties of friendship and brotherhood that exist between the two countries and peoples,

Determined to develop and deepen their relations of cooperation,

Reiterating their commitment to the purposes and principles of the Charter of the United Nations,

Hereby decide, on a basis of full independence, respect for sovereignty, non-interference in the internal affairs of either State and reciprocity of interests, to conclude the following Protocol of Intent:

1. The Parties undertake, on a basis of reciprocity and upon request, to provide each other with technical cooperation in the field of training of prison officers, in particular in the areas of:

- (a) gradual and orderly unification of the prison system;
- (b) introduction and application of the principles inherent in respect for human dignity and human rights in the context of the strengthening of the rule of law;
- (c) modernization of institutions;
- (d) promotion of exchanges between institutions;
- (e) support for the reform of the Mozambican prison system;
- (f) exchange of experiences in the management of prison service reforms in the two countries;
- (g) training of prison officials;
- (h) training of prison social workers;
- (i) training of specialized psychologists;
- (j) training of the trainers of security personnel;
- (k) training of support staff for record keeping, supply and storage activities;
- (l) such other areas as the Parties may deem appropriate to the pursuit of their interests.

2. The implementation of activities in the areas mentioned in article 1 shall be governed by supplementary agreements based on the General Agreement on Co-operation between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Mozambique, signed on 15 September 1981.

3. In order to implement the technical cooperation projects in the field of training of prison officers to be developed under future agreements, the Parties may establish partner-

ships with public and private sector institutions, international bodies and entities, and non-governmental organizations.

4. Matters relating to technical cooperation in the field of training of prison officers shall be coordinated, in the case of Brazil, by the Brazilian Cooperation Agency of the Ministry of Foreign Affairs, which shall designate the competent institutions responsible for implementation.

5. Matters relating to technical cooperation in the field of training of prison officers shall be coordinated and implemented, in the case of Brazil, by the Brazilian Cooperation Agency and by the Ministry of Justice and, in the case of Mozambique, by the competent departments of the Ministry of Justice and of the Ministry of the Interior.

6. The Parties shall hold meetings to negotiate the terms of the cooperation to be pursued and of the relevant agreements and projects.

7. This Protocol of Intent shall enter into force on the date on which it is signed and shall remain in force for 2 (two) years. It shall be renewed automatically for further two-year periods.

8. Either Party may express its intention to terminate this Protocol of Intent, through the diplomatic channel. Such termination shall take effect 6 (six) months after receipt of notification, without prejudice to ongoing activities.

Done at Brasília on 31 August 2004, in two originals in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

CELSO AMORIM
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Republic of Mozambique:

ALMERINDO DA CRUZ MANHENJE
Minister of Defence and Security and of the Interior

[TRANSLATION — TRADUCTION]

PROTOCOLE D'INTENTIONS ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE DU MOZAMBIQUE RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE EN MATIÈRE DE FORMATION DES GARDIENS DE PRISON

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République du Mozambique (ci-après dénommés les "Parties"),

Motivés par le désir de renforcer les liens d'amitié et de fraternité unissant les deux pays et leurs peuples,

Déterminés à élargir et à approfondir leurs relations de coopération,

Renouvelant leur engagement envers les objectifs et principes de la Charte des Nations Unies,

Décident sur la base de l'indépendance totale, du respect de la souveraineté et de la non interférence dans les affaires internes des États et de la réciprocité des intérêts, de conclure le Protocole d'intention ci-dessous:

1. Les Parties s'engagent, sur la base de la réciprocité et sur demande, à se fournir une coopération technique dans le domaine de la formation du personnel pénitentiaire et notamment dans les domaines suivants:

- a) unification progressive et rationnelle du système carcéral;
 - b) introduction et application des principes inhérents au respect de la dignité et des droits de l'homme, dans le contexte de la consolidation de l'état de droit;
 - c) modernisation des institutions;
 - d) promotion des échanges entre institutions;
 - e) soutien à la réforme du système pénitentiaire du Mozambique;
 - f) échange de résultats d'expérience en matière de gestion des réformes des services du système pénitentiaire dans les deux pays;
 - g) formation du personnel pénitentiaire;
 - h) formation des travailleurs sociaux affectés aux prisons;
 - i) formation de psychologues spécialisés;
 - j) formation de moniteurs du personnel de sécurité;
 - k) formation du personnel d'appoint pour la tenue des dossiers, les activités d'approvisionnement et de stockage;
- l) tous autres domaines que les Parties peuvent estimer appropriés pour servir leurs intérêts.

2. La mise en oeuvre des activités dans les secteurs mentionnés à l'article 1 est régie par des arrangements complémentaires fondés sur l'Accord général de coopération entre la

République fédérative du Brésil et la République du Mozambique, signé le 15 septembre 1981.

3. Pour exécuter les projets de coopération technique dans le secteur de la formation du personnel pénitentiaire devant être élaborés dans le cadre des futurs arrangements, les Parties peuvent instituer des partenariats avec des institutions des secteurs public et privé, des organismes et des entités internationaux et des organisations non gouvernementales.

4. La coordination liée à la coopération technique dans le domaine de la formation du personnel pénitentiaire est assurée, dans le cas du Brésil, par l'Agence brésilienne de coopération du Ministère des Affaires étrangères, qui désignera l'entité compétente chargée de l'exécution.

5. Les questions liées à la coopération technique dans le secteur de la formation de ce personnel sont coordonnées et traitées, dans le cas du Brésil, par l'Agence brésilienne de coopération et par le Ministère de la Justice et, dans celui du Mozambique, par les services compétents du Ministère de la Justice et du Ministère de l'Intérieur.

6. Les Parties organisent des réunions pour négocier les conditions de la coopération à assurer, ainsi que celles des accords et des projets pertinents.

7. Le présent Protocole d'intention entrera en vigueur à la date de sa signature et conservera sa validité pendant 2 (deux) ans. Il sera renouvelé automatiquement pour de nouvelles périodes de deux ans.

8. Chaque Partie peut exprimer son intention de mettre fin au présent Protocole d'intention par la voie diplomatique. La dénonciation prend effet 6 (six) mois après la réception de la notification, sans porter préjudice aux activités en cours.

Fait à Brasilia le 31 août 2004, en deux exemplaires originaux en langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil:

Le Ministre des Affaires étrangères,

CELSO AMORIM

Pour le Gouvernement de la République du Mozambique:

Le Ministre de la Défense, de la Sécurité et de l'Intérieur

ALMERINDO DA CRUZ MANHENJE